

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 3, Número 1, Maio de 2014

Furo de Reportagem: O Papel da Mídia Estatal

Christopher Walker e Robert W. Orttung

Síria e o Futuro do Autoritarismo

Steven Heydemann

Dossiê Países Pós-Comunistas

Mitos e Realidades da Sociedade Civil

Pós-Comunista

Grzegorz Ekiert e Jan Kubik

O Poder Transformador da Europa Revisitado

Alina Mungiu-Pippidi

Discussão

Repensando o Paradigma da Transição

*Larry Diamond, Francis Fukuyama, Donald L. Horowitz
e Marc F. Plattner*

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**



FUNDAÇÃO IFHC | CENTRO EDELSTEIN

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ASSESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Antonio Mitre

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA

Sergio Fausto (coord.)

Isadora Carvalho

Apresentação

A maior parte dos artigos deste número do *Journal of Democracy* se refere, de maneira direta ou quase, a dois conflitos de grande repercussão geopolítica nos dias que correm: a guerra civil na Síria e as tensões em torno da Ucrânia. O primeiro assunto é abordado no artigo de Steven Heydemann, do Centro de Pesquisa Aplicada sobre Conflitos, nos Estados Unidos. Já o segundo é objeto de dois artigos: um sobre a capacidade da União Europeia para promover a “boa governança” em países que integraram o bloco soviético na Guerra Fria, escrito por Alina Mungiu-Pippidi, do Centro de Pesquisas sobre Políticas Anticorrupção e Construção do Estado, em Berlim; outro, de Grzegorz Ekiert e Jan Kubik, cientistas políticos das Universidades de Harvard e Rutgers, respectivamente, sobre as sociedades civis nos países pós-comunistas.

Em seu artigo sobre a Síria, Heydemann mostra como o regime de Bashar Al-Assad reformulou-se para enfrentar a guerra civil e, nesse processo, fortaleceu-se não apenas no campo militar, mas também como estrutura capaz de firmar-se no poder uma vez sufocada a insurgência contra o seu governo, um cenário cada vez mais provável. O autor busca entender as razões pelos quais se tornou possível essa adaptação aparentemente bem-sucedida ante a ameaça real de derruba do regime. Analisa fatores como a obtenção de apoio externo no Irã e no Hezbollah, além da Rússia, bem como fatores internos, como o entrelaçamento de sistemas de lealdade étnica com estruturas formais de poder, principalmente nas Forças Armadas. A partir dessa análise, Heydemann procura extrair lições eventualmente úteis para avaliar a maior ou menor vulnerabilidade de regimes autocráticos no mundo árabe a movimentos de protesto ou rebelião popular.

Útil também é a leitura dos artigos sobre as sociedades civis nos países pós-comunistas e sobre a capacidade da União Europeia para promover mudanças institucionais benéficas à governança democrática naqueles países. Ambos contribuem para a compreensão dos possíveis desdobramentos da atual situação na Ucrânia, um país que pertenceu a União Soviética e hoje se encontra tensionado – a um ponto tal que sua fragmentação não pode ser totalmente descartada - entre a União Europeia, de um lado, e a Rússia, de outro. Alina Mungiu-Pippidi é cautelosa na avaliação que faz dos resultados alcançados pelas políticas de integração da União Europeia nos países do antigo Leste Europeu que aderiram ao bloco. Apontando um aparente paradoxo, os avanços em matéria de governança – conceito que ela define e procura concretizar com base em um conjunto de indicadores – foram maiores durante o processo de ascensão à condição de membro pleno da União Europeia do que depois de consumada a integração ao bloco. Em muitos casos, a autora identifica estagnação, quando não retrocesso, nos indicadores de governança no período posterior. A análise sugere que a partir de um determinado momento a “boa governança” depende essencialmente de fatores internos que se tornam insensíveis a pressões e condições impostas do exterior.

Essa observação realça a importância do estudo realizado por Grzegorz Ekiert e Jan Kubik sobre as sociedades civis nos países pós-comunistas. É um estudo comparativo, no qual aparecem referências sistemáticas a países do antigo bloco soviético. Os autores colocam em xeque a premissa de que as sociedades civis, nos países comunistas do Leste da Europa. Sustentam que havia embriões de sociedade civil, sob a forma de uma vida associativa comandada pelo Estado. Mais importante, afirmam que as diferentes características das sociedades civis e de suas relações com o Estado nos regimes comunistas condicionaram a formação e o funcionamento das sociedades civis nos regimes pós-comunistas, também influenciadas pelo modo específico pelas quais se deram as quedas daqueles regimes em cada país.

Estas diferentes tradições e trajetórias históricas não convergiram para a formação de um único modelo de relação entre a sociedade civil e o Estado no mundo pós-comunista. Ao contrário, há países com resultados mais sólidos e democráticos e outros mais instáveis e sujeitos a retrocessos autoritários. Escrevendo antes dos acontecimentos que resultaram na derrubada do governo de Yanukovich, os autores incluem a Ucrânia entre os países onde a sociedade civil “só consegue influenciar o Estado em momentos extraordinários de revolta”.

O tema da mudança política reaparece no diálogo entre quatro destacados cientistas políticos, entre eles Francis Fukuyama. A discussão gira em torno da validade do “paradigma da transição democrática” – construído a partir de estudos da passagem de regimes autoritários a democráticos na América Latina dos anos finais da década de 1970 ao início da de 1990 - para compreender os processos de mudança política mais recente, no mundo árabe e nos países da ex-União Soviética. Aquele paradigma se assentava em alguns pilares, entre eles o suposto de que a mudança política se iniciava a partir de uma fissura dentro do grupo dominante, avançava à medida que pressões da sociedade obrigavam a uma crescente distensão do regime político e culminava com um pacto entre os setores moderados do regime autoritário e das oposições para constituição das instituições necessárias à democracia. A conclusão geral é que as mudanças políticas mais recentes não podem ser entendidas à luz desse paradigma. Que referências conceituais e históricas se deve utilizar para compreendê-las é o fio condutor de um diálogo entre cientistas políticos de grande qualidade intelectual e muitos anos de estrada no campo da pesquisa empírica.

Por fim, mas de modo algum menos importante, este número traz o artigo de Christopher Walker, do National Endowment for Democracy, e Roberto W.Ortung, da George Washington University, a respeito do controle estatal sobre a imprensa. Na verdade, este é o artigo que abre esta edição, pela importância que lhe atribuímos.

Logo ao início, os autores afirmam: “Apesar da ascensão das novas mídias e de ambientes de imprensa mais diversos e competitivos, os regimes autoritários estão encontrando maneiras surpreendentes (e assustadoramente efetivas) de usar a imprensa a seu favor para permanecerem no poder. Veículos de comunicação controlados formal ou informalmente pelo Estado tornaram-se indispensáveis para a manutenção de governos não democráticos mundo afora”. O que segue é uma análise bem fundamentada sobre as diversas modalidades de controle direto e indireto do Estado sobre a imprensa, empregadas em um amplo (e crescente) leque de países, com destaque para Rússia e China.

Com este conjunto de artigos, acreditamos cumprir novamente com o nosso principal objetivo: oferecer, em português, informação e análise de elevada qualidade sobre temas que estão na pauta dos principais jornais do mundo, beneficiando o leitor interessado em aprofundar-se no conhecimento desses temas.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Furo de Reportagem: O Papel da Mídia Estatal (*)

Christopher Walker e Robert W. Orttung

Christopher Walker é diretor executivo do International Forum for Democratic Studies [Fórum Internacional de Estudos Democráticos] do National Endowment for Democracy (NED). Foi vice-presidente de estratégia e análise da Freedom House.

Robert W. Orttung é diretor-assistente do Institute for European, Russian, and Eurasian Studies [Instituto para Estudos Europeus, Russos e da Eurásia] da Elliott School of International Affairs da George Washington University, e pesquisador visitante do Center for Security Studies [Centro para Estudos da Segurança] do Swiss Federal Institute of Technology em Zurique.

Apesar da ascensão das novas mídias e de ambientes de imprensa mais diversos e competitivos, os regimes autoritários estão encontrando maneiras surpreendentes (e assustadoramente efetivas) de usar a imprensa a seu favor para permanecerem no poder. Veículos de comunicação controlados formal ou informalmente pelo Estado tornaram-se indispensáveis para a manutenção de governos não democráticos mundo afora. As mensagens que essa imprensa dissemina — e a apatia que ela provoca na população — ajudam a evitar a deserção de elites cruciais ao regime e a prevenir que outros centros de poder emerjam na sociedade.

*Publicado originalmente como “*Breaking the News: The Role of State-Run Media*”, *Journal of Democracy*, Volume 25, Número 1, Janeiro de 2014 © 2014 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

Os veículos de comunicação em questão podem pertencer e ser geridos pelo Estado, ou podem ser nominalmente privados, mas estar de fato sob controle do governo. A maioria dos regimes autoritários — incluindo aqueles na China e na Rússia, os principais usuários desse modelo — emprega tanto seus próprios órgãos de imprensa quanto os privados.

A menção à Pequim e Moscou pode dar a impressão de que a imprensa estatal é um fenômeno comunista ou pós-comunista, o que não é verdade. Azerbaijão, Belarus, Camboja e Vietnã têm imprensa dominada pelo Estado, assim como Etiópia, Irã, Moçambique, Ruanda e Zimbábue (com a Venezuela se movendo rapidamente nessa direção). Em todos esses países, comunistas, pós-comunistas e não comunistas, sistemas consagrados circunscrevem o acesso de uma ampla audiência a notícias e informações, dando forma à narrativa política dominante. Nesse sentido, é possível enumerar diversos governos democraticamente eleitos com inclinações autoritárias que, como os do Equador, Nicarágua, Turquia e Ucrânia, utilizam técnicas similares.

Para fazer valer sua vontade, os autoritários da velha guarda contavam com imensas máquinas coercitivas, além de organizações partidárias fortes, centralmente controladas e imbuídas de ideologia. É evidente que Rússia e China retêm um amplo aparato de segurança, mas nenhum deles possui um partido do tipo clássico. O Partido Comunista da União Soviética (PCUS) não existe mais, enquanto o Partido Comunista da China (PCC) permanece no poder, mas ajusta sua ideologia livremente às “decisões políticas tomadas por motivos não ideológicos”.¹ Coerção é crucial em ambos os casos, mas em nenhum dos dois países o poder autoritário pode ser mantido apenas pela força — e seus governantes sabem disso.

É aí que entra a imprensa estatal. Sem nenhuma ideologia (como o comunismo) na qual se apoiar, os regimes usam a imprensa para preencher a lacuna, oferecendo uma mistura de consumismo, naciona-

lismo, antiamericanismo e outras correntes intelectuais para manter o apoio popular ao regime.²

No entanto, a imprensa estatal não existe apenas para glorificar os poderes constituídos. Outra função vital é difamar e desacreditar alternativas ao *status quo* autoritário, antes que possam ganhar força junto aos cidadãos. A imprensa estatal é, portanto, uma ferramenta para marginalizar qualquer potencial oposição política ou movimento cívico. Sem acesso significativo aos principais meios de comunicação, grupos de oposição encontram dificuldades para alcançar potenciais apoiadores ou se tornar vozes importantes no debate público.

Apesar de os autoritários contemporâneos ainda considerarem sua capacidade de reprimir a dissidência à força como crucial e de não possuírem planos para abrir mão dela, China, Rússia e outros agora tendem a adotar uma abordagem mais seletiva antes de fazer uso da violência.³ Suas razões são pragmáticas: aspirações a modernização econômica e prosperidade não conseguem subsistir ao lado de repressão brutal e indiscriminada e de restrições à circulação de informação.

Com exceção de casos extremos como os de Cuba, Coreia do Norte e Turcomenistão, os regimes autoritários de hoje não buscam dominação total de todos os meios de comunicação de massa. O que querem, na verdade, é o que se pode chamar de “controle efetivo da imprensa” — o bastante para transmitir sua força e alegar legitimidade, ao mesmo tempo em que minam potenciais adversários. Tal dominância do Estado — seja ela exercida abertamente, por meio da propriedade estatal, ou meramente por veículos privados de imprensa influenciáveis pelo Estado — permite ao regime dar pleno destaque a narrativas pró-governo, enquanto usa o poder da omissão editorial para limitar críticas sistemáticas sobre políticas e ações oficiais.

A China é a líder nessa prática. Os propagandistas de Pequim são hábeis apropriadores, tendo aprendido os métodos de relações públicas comumente usados na política ocidental, adaptando-os para as

condições chinesas. A China Central Television [Televisão Central da China] (CCTV) possui uma grande audiência, de centenas de milhões de pessoas, e serve de instrumento de controle estatal, conduzindo a consciência popular sobre notícias e eventos e inserindo mensagens no entretenimento popular.⁴ A CCTV representa uma entidade de imprensa autoritária que alcançou um grau de sucesso comercial em combinação com repressão sistemática, ainda que calibrada. É um conglomerado de imprensa (com braços que operam hoje para além da fronteira da China) financeiramente lucrativo, operacionalmente autônomo e ideologicamente confiável. Sua proeminência deve-se muito aos esforços dos reguladores do governo chinês para limitar a competição potencial. Seus anunciantes são empresas estatais ou companhias privadas ansiosas por bajular autoridades estatais. O resultado final é um ambiente de imprensa quase-comercial, no qual o partido-Estado retém o controle editorial.

A proeminência que atribuímos à CCTV não é por acaso: a imprensa estatal pode assumir (e de fato assume) muitas formas, mas a televisão é a principal. Assim como o legendário assaltante a bancos Willie Sutton, que supostamente disse que roubava bancos porque “é lá que fica o dinheiro”, os regimes autoritários focam na televisão porque é para ela que todos os olhos estão voltados. Na maioria das sociedades, é a principal fonte que as pessoas usam para obter informações e notícias. A cobertura de televisão — tanto o que é mostrado quanto como é mostrado — determina e molda o conteúdo do discurso político *mainstream*. Ademais, o que passa na tevê define as percepções populares sobre quanto poder possui um regime.

A televisão ainda não tem competidores à altura. O acesso à Internet e seu uso estão crescendo, em alguns casos rapidamente, e as novas tecnologias estão tornando possível que cidadãos comuns tenham acesso a uma variedade cada vez mais ampla de informações, e que se comuniquem entre si de maneira rápida e barata. As mídias sociais também ajudam a dar forma a narrativas, especialmente no que se

refere a queixas compartilhadas, e estão alterando os mecanismos de ação coletiva.⁵ Ainda assim, as novas mídias então no que poderia ser chamada de “fase de insurgência” de seu desenvolvimento, e ainda resta um longo caminho antes que possam desafiar a primazia da televisão nas sociedades autoritárias.

Entre outras coisas, o mundo online sofre por ser mais fragmentado. Regimes autoritários, por natureza, focam firmemente em se manter no poder e, portanto, usam a imprensa estatal sistematicamente para este fim. A televisão estatal entrega a suas audiências uma mensagem sem contraponto a respeito do regime. A Internet, em comparação, é uma cacofonia de muitas vozes discordantes — não é a melhor plataforma para se promover uma oposição unificada e coerente aos poderes constituídos.

Como Funciona o Controle Estatal da Imprensa

Que métodos permitiram aos sistemas de imprensa estatal — que incluem não apenas a televisão, mas também jornais, rádio e novas mídias, todos apoiados por polícias e tribunais politicamente inclinados — resistir à época atual de rápidos avanços tecnológicos e de comunicações, particularmente nas áreas de Internet e mídias sociais? Para alcançar dominância efetiva, a imprensa estatal em regimes autoritários busca influenciar quatro audiências distintas. Listadas em ordem de sua importância para o regime, essas audiências são: (1) as elites da própria coalizão do regime; (2) a população em geral; (3) os usuários frequentes de Internet; e (4) a oposição política e a sociedade civil independente.

Elites da coalizão do regime. Regimes autoritários precisam se preocupar sempre com suas próprias elites, que têm muita coisa em jogo em relação à perspectiva de sobrevivência do regime, ao mesmo tempo em que demonstram uma capacidade acima da média de “ficar do lado vencedor”, fazendo alianças de maneira mais fluida.

A imprensa estatal precisa tranquilizar esses cabos de sustentação do regime de que o governante (ou o círculo dirigente) permanece seguro, e fazer disso sua missão, de maneira que a unidade e a lealdade do regime sejam “a jogada certa” a se fazer.

A clara dominância da imprensa sinaliza para membros-chave da coalizão governista que deserções serão punidas, sendo que as punições incluem campanhas de difamação na imprensa. Nesse contexto, o que a imprensa está dizendo em dado momento é menos importante do que a capacidade do círculo dirigente de mostrar que consegue impor qualquer mensagem que deseje. Autoritários estão plenamente cientes de que, como Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter apontaram, regimes não livres podem começar a rachar se e quando moderados do regime localizam e contatam moderados da oposição, com quem podem negociar.⁶ Impedir que partes da elite do regime comecem a romper e a buscar saídas é um objetivo crucial do regime e, consequentemente, uma tarefa crucial para a imprensa do regime.

Na China, o PCC usa seu controle da imprensa para enviar sinais para inúmeras audiências essenciais da elite. Estas incluem membros da liderança do próprio PCC, bem como a burocracia estatal e a ampla comunidade empresarial da China, que está cada vez mais ligada ao PCC. Anne-Marie Brady observou o papel vitalmente importante da imprensa controlada pelo Estado chinês como um “quarto ramo do governo” (em vez de um “quarto poder”), e sua posição favorecida na comunicação para as elites de mensagens que apoiem o sistema do partido-Estado.⁷

O presidente russo Vladimir Putin usa a imprensa para mostrar seu poder para grupos-chave. Ele pretende manter na linha particularmente os *siloviki* [“durões”] que compõem o exército, as forças policiais e o aparato de segurança estatal. Os outros alvos das características demonstrações de força de Putin, que se tornaram sua marca registrada (que incluíram assistir a uma competição de boxe sem luvas na primeira fila, acompanhado de Jean-Claude Van Damme, e fotogra-

fias amplamente distribuídas de um Putin sem camisa cavalgando e carregando um rifle para caçar lobos), incluem a burocracia estatal e a comunidade empresarial, especialmente as companhias de energia e outros produtores de recursos naturais, que desempenham um papel importante na economia russa. O controle de Putin sobre as principais mídias lembra a esses grupos que eles se beneficiam de seu *status* como líder supremo, e que deveriam temer tanto seu descontentamento quanto o que poderia acontecer caso ele tivesse que deixar o comando.

A aprovação pelo congresso norte-americano, no final de 2012, da Lei Magnitsky foi um teste do poder de Putin sobre suas elites. A lei que leva o nome de Sergei Magnitsky, um advogado russo que morreu numa prisão em Moscou em 2009 depois de ser preso por expor a corrupção do governo, impõe sanções oficiais dos Estados Unidos (proibição de viajar e restrições bancárias) a uma lista de autoridades russas. Sua aprovação foi uma tentativa de mostrar a membros individuais da elite de Putin que eles poderiam ser pessoalmente responsabilizados por violar direitos humanos em seu país. Depois que o governo norte-americano publicou uma lista de 18 russos afetados pelas sanções em abril de 2013, autoridades do regime de Putin apareceram em proeminentes programas da televisão estatal para rejeitar e menosprezar as sanções. Apesar de essa legislação norte-americana poder ter encorajado parte da elite de Moscou a sentir que apoiar Putin poderia não mais servir a seus interesses, as aparições em rede nacional dessas figuras sinalizou a atores-chave que o Kremlin não iria abrir mão de exigir sua contínua lealdade.

De maneira similar, o Kremlin pode usar a imprensa que controla como uma maneira de manter na linha os executivos regionais. Durante a repressão à oposição que se seguiu à posse de Putin para o terceiro mandato presidencial em maio de 2012, a imprensa controlada pelo Estado teceu especiais elogios aos governadores que haviam ordenado a prisão de ativistas da oposição.

A população em geral. A imprensa dominada pelo Estado trabalha para fazer com que seu público respeite e tema o regime. Mas tão importante quanto isso é a tarefa de gerar apatia e passividade. O principal método da imprensa do regime é um misto de deflexão, distorção e distração, que promove o que o pesquisador de democracia Ivan Krastev chama de “autoritarismo zumbi”.⁸

Para permanecer no poder, um regime autoritário precisa manter um vasto número de pessoas fora da política. A imprensa controlada pelo Estado pode ajudar ao enfatizar uniformemente os benefícios do *status quo* e demonizar qualquer oposição a ele. Advertências sobre os custos excessivos de buscar a mudança e sua ilusória vantagem têm o efeito de ridicularizar e desmobilizar. A imprensa controlada pelos atuais Estados autoritários normalmente se valem de muitos dos argumentos que Albert O. Hirschman dissecou várias décadas atrás em seu clássico estudo da retórica reacionária. Emissoras tentam mostrar que mudança política terminará em futilidade ou mesmo em resultados que são o oposto do pretendido, e que isso irá impor custos ou consequências inaceitáveis para a sociedade.⁹

Desde as manifestações que irromperam na Rússia após eleições parlamentares duvidosas em dezembro de 2011, a estratégia da imprensa do regime tem sido direcionada à redução do ativismo popular por meio do entretenimento. Por que sair às ruas para protestar ou se juntar a um grupo cívico quando há algo tão interessante passando, como *Dom-2*, uma versão do *reality show Big Brother*? Na sua maneira de lidar com a massa, o regime de Putin começou a imitar os métodos do fim da era soviética, que enfatizava o entretenimento no lugar da mobilização política.

A televisão controlada pelo Estado é a principal ferramenta. Em países autoritários, é normalmente para onde três quartos ou mais da população se voltam em busca de notícias sobre política. Na China, mesmo com o crescimento explosivo da Internet, o consumo de notícia se dá principalmente pelas redes de televisão estatais. Na Rússia,

88% dos entrevistados de uma enquete de junho de 2013 do Levada Center disseram obter notícias sobre o país e o mundo por meio da televisão.¹⁰ Nenhuma outra fonte obteve mais de 25% das respostas. Na mesma pesquisa, 51% afirmaram que acreditavam no noticiário. Esse número se mantém significativo, ainda que represente uma forte queda em relação aos 79% que expressaram confiança na televisão russa em pesquisa de agosto de 2009. Evidências de países tão diferentes entre si quanto Azerbaijão, Belarus, Camboja, Irã e Vietnã apresentam um quadro da proeminência da televisão controlada pelo Estado e sua influência não muito diferente daquele visto na Rússia.

Ainda assim, como sugere a queda de 28 pontos percentuais na confiança, muitos russos que seguem a imprensa estatal são céticos em relação ao que veem. A pesquisa de Ellen Mickiewicz sobre os telespectadores russos indica que eles simplesmente não aceitam o que os canais controlados pelo Kremlin apresentam, processando as informações de maneira complexa, diferentemente da intenção do círculo dirigente.¹¹ A crescente desconfiança da televisão estatal na Rússia pode anunciar limites ao modelo de passividade cultivado pela mídia.

Mesmo assim, a televisão e outros meios de comunicação oficiais se mostraram efetivos em fazer circular a mensagem de que contestar ativamente as autoridades será custoso. Amplas maiorias absorveram a ideia de que pouco podem fazer para mudar a situação.¹² Permanecem apáticos e apolíticos. Os regimes de Pequim, Moscou e outras capitais autoritárias forjaram sistemas de imprensa controlados pelo Estado que sugerem comportamentos consistentes com aqueles que Barbara Geddes e John Zaller observaram em relação às ditaduras militares que governaram o Brasil entre 1964 e 1985. Em particular, notaram que “o principal efeito da exposição a comunicações pró-governo é persuadir os politicamente apáticos a se tornar ao menos apoiadores passivos da política do governo”.¹³ Em outras palavras, mesmo se o público da televisão estatal não necessariamente acredite no que vê, comporta-se como se o fizesse.

Finalmente, vale observar que muitos regimes autoritários encontram suas principais bases de apoio entre os moradores da zona rural e os moradores urbanos de menor nível educacional — grupos que a imprensa controlada pelo Estado provou ser capaz de atingir de maneira mais efetiva. Na China, esses públicos ainda formam a principal audiência da CCTV, enquanto cidadãos mais jovens e com maior nível educacional gravitam em torno da Internet. A televisão estatal russa é cuidadosa em prover as pessoas vivendo nas diversas regiões da federação com uma rigorosa cobertura que retrata a Rússia como sendo cercada de ameaças externas, especialmente dos Estados Unidos. Espectadores com pouca educação ou experiência tendem a confiar na imprensa estatal no que se refere ao (severo) julgamento das intenções ou políticas dos Estados Unidos. Não é exagero dizer que o antiamericanismo é, sob vários aspectos, a coisa mais próxima de uma “ideologia” unificadora que o Kremlin possui hoje em dia, e também desempenha um papel importante de legitimação do PCC.

Pessoas que estão fortemente conectadas à Internet. Assim como a televisão, os governantes autoritários e seus adeptos começam a perceber a Internet como algo que precisam tentar controlar. O mundo livre das comunicações e discursos online os tem preocupado de maneira crescente. Para conseguir controlá-lo, as forças da propaganda e da censura estatais estão se voltando para métodos que se mostraram eficazes na “gestão” da mídia tradicional. No entanto, a tarefa não é a mesma: exercer controle sobre conteúdos políticos-chave de uma rede central de televisão é muito mais fácil do que reinar sobre a informação online. Apesar do maior grau de dificuldade, os regimes autoritários estão demonstrando bastante determinação, e um olho na inovação para atingir seus objetivos. Como com a mídia tradicional, as medidas restritivas sendo testadas não são desenhadas para bloquear tudo, mas miram sobretudo na tentativa de impedir que notícias sobre políticas ou outros assuntos sensíveis alcancem audiências-chave. Como o uso de Internet e sua penetração aumentam nos países auto-

ritários — e com clara evidência na Rússia e no mundo árabe de quão úteis as ferramentas baseadas na *web* podem ser na organização de manifestações de massa —, regimes autoritários estão lutando mais do que nunca para encontrar maneiras de impedir a circulação de informação politicamente crível pelo ciberespaço.

A difusão da Internet tem sido impressionante, e muitos sistemas autoritários são parte da tendência — de fato, seus governos têm pouco a fazer a esse respeito, a não ser que queiram tentar governar a próxima Coreia do Norte. Crescimento econômico e desenvolvimento requerem “conexão”. Portanto, no autoritário Vietnã, cuja economia cresce aceleradamente, 40% da população tem acesso à Internet. Na Belarus (conhecida como a “última ditadura da Europa”), Cazaquistão e Arábia Saudita, esse número é ainda maior, aproximadamente 55%. Na China, a penetração da Internet está em 45%, havendo agora aproximadamente 600 milhões de usuários de Internet, e mais de 300 milhões de microblogueiros, a maioria deles usando o Sina Weibo, a versão chinesa do Twitter. Na Rússia, que recentemente passou a marca de 50% de acesso à Internet, mídias baseadas na *web*, como a TV Rain, estão ajudando a oposição a alcançar maiores audiências.

À medida que cresce a Internet, cresce também a interferência política sobre ela. Até recentemente, a Rússia usava técnicas relativamente sutis e sofisticadas, “desenhadas para moldar e afetar quando e como a informação é recebida pelos usuários, em vez de simplesmente negar o acesso”.¹⁴ A esse respeito, a lei de 2012 permitindo que o governo feche sites com conteúdo inapropriado marca um claro retrocesso em termos de liberdade da Internet. O mesmo se pode dizer de um decreto elaborado pelo Ministério das Comunicações e o FSB (o sucessor da KGB) e programado para entrar em vigor em 2014, que requererá que os provedores de Internet monitorem todo o tráfego de Internet, incluindo endereços IP, números de telefone e nomes de usuário.

Em 1º de setembro de 2013, o Vietnã aprovou o Decreto 72, uma medida ambiciosa que parece banir a discussão de assuntos atuais e

o compartilhamento de notícias pelos usuários online do país. O governo da China, por sua vez, dita o ritmo no que se refere à censura online, e já se tornou um líder no desenvolvimento de métodos sofisticados de supressão da comunicação política online. Pequim prontamente compartilha sua experiência com outros regimes, entre os quais supostamente se incluem Belarus, Vietnã e Zimbábue. Mesmo diante do rápido crescimento do acesso à Internet de Belarus, Vietnã, Irã, Arábia Saudita e outros países do Golfo, a *Freedom House* avalia que estão se tornando *menos* livres online.¹⁵ Tais rankings indicam que nesses países possa estar ocorrendo uma “convergência negativa”, na qual o conteúdo noticioso da nova mídia está se sujeitando a maiores controles, de maneira similar ao da velha mídia.

Apesar da aparente universalidade da Internet, o ambiente político e de imprensa distinto de cada país molda e constrange o impacto que as comunicações online possuem por lá.¹⁶ O ambiente político geral na Rússia e na China inclui incentivos à autocensura que são prevalentes entre jornalistas que trabalham na imprensa controlada pelo Estado. O Estado também pode punir blogueiros e outros usuários de Internet por expressar opiniões “erradas” online. O exemplo de Alexei Navalny, o proeminente blogueiro e ativista que expôs extensa corrupção entre autoridades russas e enfrentou graves acusações criminais — segundo muitos, fabricadas — por supostas irregularidades financeiras, ilustra essa técnica bruta, porém efetiva. A ausência de tribunais independentes torna tal repressão ainda mais fácil.

Ironicamente, no entanto, a vasta diversidade e abertura da Internet para um grande número de narrativas e contranarrativas pode dificultar a capacidade da nova mídia de escapar do controle de uma elite autoritária bem organizada e determinada a se manter no poder. A imprensa controlada pelo Estado celebra o *status quo*. A existência de conteúdo online alternativo pode desafiar a narrativa controlada pelo Estado de maneiras específicas, sensibilizando a população para problemas envolvendo o meio ambiente, relações étnicas, corrupção, fa-

lhas judiciais, lapsos na atenção à saúde, etc. Contudo, essas histórias e comentários críticos desiguais — mesmo deixando de lado quão difícil será para eles mobilizar uma audiência verdadeiramente de massa — não necessariamente resultarão em um argumento coerente para transformar o regime. Os russos, por exemplo, estão se organizando para exigir seus direitos em situações concretas — protestando contra a perda de um marco arquitetônico ou um parque, ou demandando atenção à saúde para cidadãos comuns —, mas não estão se juntando para mudar o sistema político geral, particularmente depois da repressão lançada por Putin em 2012.

Na China, as autoridades aperfeiçoaram sua censura à Internet trabalhando para reprimir *qualquer* conteúdo (sobre qualquer assunto) que pareça ser capaz de promover mobilização social. A ideia é prender ou prevenir atividades coletivas independentes, e ponto final.¹⁷ O PCC elevou esse esforço a um novo patamar em setembro de 2013, quando começou uma forte repressão contra microblogueiros formadores de opinião.

Muito da censura da China à Internet baseia-se em portais da *web* como o Sina.com que são responsáveis por fazer as vontades do partido-Estado ao policiar seus próprios sites para se alinhar (ou mesmo se antecipar) às diretivas do PCC. Totalitários da velha guarda eram do tipo faça-você-mesmo; autoritários modernos gostam de terceirizar e, quando possível, usar as forças do mercado para aprimorar a capacidade de censura. Pequim ainda possui censores oficiais, mas sabe que eles não são o bastante. Então delega muito do trabalho sujo ao setor privado, deixando claro que seu sucesso comercial (e mesmo sobrevivência) depende de seus esforços para seguir a linha do partido. Para alcançar os objetivos estabelecidos pelo Estado, as companhias são encorajadas a inovar. O Twitter e outros serviços estrangeiros que se recusam a cumprir os padrões locais de censura são obrigados a abrir mão do vasto mercado chinês.

Além disso, Pequim, Moscou e outros governos autoritários estão cada vez mais usando métodos online sofisticados de manipulação e

até geração de “ruído branco” como uma maneira de confundir potenciais opositoristas. Contas automatizadas (“bots”) direta ou indiretamente apoiadas por esses regimes divulgam propaganda do governo e atacam movimentos cívicos independentes e oposição política, com o objetivo de criar cortinas de fumaça quando assuntos politicamente relevantes estão sendo discutidos.

Não faz muito tempo, fora amplamente presumido que a Internet geraria gêiseres de informação por todo canto, com mudanças políticas vindo em seguida. Em vez disso, parece que os métodos de domar a expressão política na mídia tradicional estão sendo adaptados e aplicados à nova mídia, com efeito cada vez maior. A tendência de “convergência negativa”, na qual o espaço para expressão política significativa online encolhe e se move em direção a uma liberdade mais restrita similar a da mídia tradicional, traz implicações profundamente perturbadoras. O leque de medidas restritivas, algumas abertas, outras mais sutis e sofisticadas, que Pequim, Moscou e outros imitadores vêm tomando, deveria ao menos nos fazer perguntar se a Internet pode suportar a invasão autoritária e se ancorar como uma plataforma aberta à discussão política em Estados autoritários.

A oposição e a sociedade civil. Em democracias, a imprensa livre é a alma da sociedade civil e da oposição política. Em regimes autoritários, a imprensa controlada pelo Estado busca isolar organizações da sociedade civil da sociedade em geral, com a ideia de prevenir qualquer coordenação política entre elas. Para atingir este fim, a imprensa estatal tenta desacreditar, na cabeça no público, qualquer noção de alternativa política ao regime existente. Ataques da imprensa deslegitimam a sociedade civil e a oposição, pavimentando o caminho para outras medidas repressivas direcionadas a ela. Por exemplo, um regime autoritário que queira condenar um líder da sociedade civil por acusações criminais exageradas frequentemente começam “preparando o alvo”, fazendo do líder o centro de uma desfavorável cobertura da imprensa.

A imprensa estatal geralmente acusa opositoristas de querer gerar o caos, uma alegação que pode ressoar de forma ampla e profunda em sociedades com histórico de instabilidade política. De maneira relacionada, críticos ao regime também podem ser caracterizados como fantoches (conscientes ou não) do Ocidente, um estratagema popular em países tão diversos quanto China, Zimbábue, Azerbaijão e Rússia. Emissoras internacionais, como a BBC, Radio Free Europe/Radio Liberty e Radio Free Asia são normalmente bloqueadas, retirando da sociedade civil canais-chave para obtenção de notícias independentes e comunicação com audiências domésticas.

Porta-vozes da oposição, via de regra, nunca recebem acesso direto à zelosamente protegida audiência da imprensa estatal. Quando parece ser a coisa taticamente astuta a se fazer — pode haver momentos em que denunciar abertamente alguém irá simplesmente gerar mais publicidade, ou mesmo simpatia —, o regime fará um crítico figurativamente desaparecer do debate público. A televisão estatal da Rússia, particularmente a rede NTV, por diversas vezes deu espaço a programas sensacionalistas que sugerem que ativistas dos direitos humanos e outros reformistas estão trabalhando para interesses externos, ou de alguma outra forma buscando causar danos ao Estado russo. Entre esses programas estava “Anatomija Protesta” [Anatomia de um protesto], um suposto documentário exibido em 2012 para minar as manifestações que se irromperam em Moscou e em outras cidades após as fraudulentas eleições presidenciais e parlamentares. A imprensa estatal procurou manchar a reputação de jornalistas investigativos tais como Navalny e Magnitsky caracterizando-os como corruptos (o último ainda estava sendo difamado depois de sua morte na prisão) enquanto essas figuras corajosamente lutavam para lançar luz sobre a corrupção de autoridades do governo. A lição para qualquer um que possa estar pensando em imitá-los é clara.

As ordens para tal tratamento cruel teriam vindo diretamente do topo? É muito possível que não, no mínimo porque não é necessário

nenhum comando explícito. A imprensa estatal, tal qual a comitiva de Henrique II, está constantemente pronta para atacar qualquer Thomas Becket moderno, e sequer precisa ouvir nada como “Será que ninguém vai se livrar desse padre intrometido por mim?” dos lábios do poder. Na Rússia de hoje e em países similares, o regime provavelmente vê a autocensura como o melhor tipo de censura, e ataques “espontâneos” aos críticos como os melhores ataques. No primeiro caso, o espírito do Estado censor foi internalizado e, no último, os superiores sequer precisam levantar um dedo ou emitir palavras acusatórias — o que eles querem que seja feito é implicitamente entendido, e não requer discussão.

Na China atual, as principais preocupações em relação a jornais e emissoras são registradas junto ao Estado ou ao PCC, e ficam sujeitas às instituições do Estado (principalmente o Departamento de Propaganda), que têm a autoridade de ditar diretrizes editoriais. Quando se trata de assuntos sensíveis, como o Tibete, apenas comentaristas favoráveis ao regime recebem visibilidade.¹⁸

O poder que autoridades políticas empunham sobre o conteúdo editorial pode ser ilustrado pelo caso de Liu Xiaobo. Um intelectual literário preso por argumentar insistentemente contra o regime de partido único, era pouco conhecido fora dos círculos exclusivos de ativistas de direitos humanos e especialistas em China. Poucos fora do Império do Meio haviam ouvido falar nele. Isso mudou em 8 de outubro de 2010, quando o Comitê do Nobel em Oslo anunciou que Liu seria agraciado com o Nobel da Paz por sua “longa e não violenta luta por direitos humanos fundamentais na China”. Repentinamente, os noticiários do mundo inteiro traziam manchetes sobre esse bravo e pacífico dissidente, que havia sido lançado numa prisão chinesa meramente por ter falado o que pensava e defendido coisas que cidadãos de países democráticos tomam por certo.

Liu havia sido acusado no ano anterior de “incitar a subversão do poder do Estado”, um artigo no código criminal da China frequen-

temente usado para silenciar os críticos do PCC. O crime haveria se dado por conta de sua participação na elaboração e circulação do manifesto pró-democracia Carta 08. O mundo pode ter celebrado a coragem e o comprometimento ativo de Liu com princípios nobres e humanos, mas os telespectadores da televisão chinesa não ouviram nem um pio sobre ele. Apenas a comunidade online da China foi capaz de burlar a censura e os bloqueios oficiais para conseguir notícias sobre o primeiro chinês a vencer o Nobel da Paz.

Na Rússia, programas que tratam de assuntos de interesse público nas principais emissoras de televisão — Channel One, Rossiya e NTV — recebem um elenco confiável de especialistas aprovados pelo governo. Figuras da oposição, ativistas e críticos da sociedade raramente são convidados a participar, quando o são. Alguns poucos ativistas, incluindo os líderes da oposição Boris Nemtsov e Lyudmila Alexeyeva, são conhecidos porque suas carreiras públicas datam de antes do começo da era Putin. Ainda assim, nenhum deles é muito popular na Rússia — ficaram excluídos da mídia por muito tempo. Ativistas mais jovens são diligentemente mantidos longe dos programas de televisão com grande audiência. Falando para a rádio Ekho Moskvyy em 22 de maio de 2013, Vladimir Posner, o antigo *apparatchik* da propaganda soviética que agora apresenta um *talk show* líder na emissora Channel One de televisão, admitiu que “há inúmeras pessoas [...] que sei que não posso convidar” para aparecer no programa. Entre elas, listou os líderes da oposição Nemtsov, Navalny e Vladimir Ryzhkov.¹⁹ A imprensa sob controle do Estado cria enormes obstáculos que a sociedade civil e os opositoristas lutam para superar, ao mesmo tempo em que tentam atingir audiências de massa com visões alternativas de governança e de vida política.

A Imprensa Estatal em Democracias Fracas

O modelo de imprensa controlada pelo Estado alcança sua forma mais plena e poderosa nos contextos de autoritarismo total. Ainda as-

sim, algumas de suas características típicas e técnicas têm se mostrado atraentes para governos democraticamente eleitos em países onde a democracia é fraca ou está sob risco de retrocesso em direção ao autoritarismo. No Equador, na Nicarágua, na Turquia e na Ucrânia, autoridades estão exercendo controle efetivo sobre a mídia tradicional, enquanto se esforçam para obstruir a expressão política online. Tais ações possuem sérias implicações para as perspectivas democráticas desses países.

Na Turquia, onde o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP, na sigla em turco), do primeiro-ministro Recep Tayyip Erdoğan vem dominando a política e o governo há mais de uma década, a profundidade da influência do Estado sobre as emissoras tornou-se clara durante as enormes manifestações antigoverno de junho de 2013. À medida que os ativistas ocupavam a Praça Taksim em Istambul, as principais emissoras do país sob influência do Estado exibiam documentários sobre treinamento de pinguins e golfinhos. Uma delas exibiu um programa de culinária. Erdoğan caracterizou o Twitter como uma “ameaça”, e autoridades reprimiram seus usuários, prendendo dezenas sob a acusação de publicar “informações incorretas”. As emissoras turcas favoráveis ao governo acusaram inimigos estrangeiros não especificados de serem os culpados pelos mortos. A mídia na Turquia viu sua independência se corroer quando relações comerciais impróprias floresceram entre os principais donos de órgãos da imprensa e o governo. Esses acolhedores arranjos tornam demandas por obediência política difíceis de se negar. A imprensa tornou-se cúmplice da crescente intolerância política dos círculos dirigentes.

A Nicarágua moveu-se em direção ao domínio do Estado sobre a imprensa desde o retorno de Daniel Ortega à presidência em 2007. Ortega controla agora quase metade dos canais televisivos de notícia do país; seus filhos dirigem três deles. Ele lançou pelo menos dois novos *websites* de notícias, e supõe-se que o Estado opere secretamente blogs e “centros de *trolls*”^{*} de mídias sociais, para intimidar oponentes

^{*}Pessoas que demonstram discordância de outras na Internet por meio de comentários ofensivos, sem sentido ou fora do tópico, muitas vezes de maneira deliberada, para provocar uma reação emocional. (N. T.)

e forças independentes. Analistas políticos dizem que esse poder de exposição na mídia ajudou-o a vencer com 63% as eleições de novembro de 2011, muito acima dos 38% conquistados cinco anos antes.²⁰

Desde que venceu as eleições para a presidência da Ucrânia em 2010, Viktor Yanukovych levou a cabo uma abordagem de mídia de massa que parece imitar os aspectos cruciais da estratégia do Kremlin. Emissoras de televisão de notícias de alcance nacional ou são diretamente controladas pelo governo ou pertencem a oligarcas com ligações com o governo. A exceção é a TVi, uma estação que reteve certo grau de independência, mas passou por uma misteriosa mudança de proprietários em meados de 2013. Durante os preparativos para as eleições parlamentares de outubro de 2012, a TVi sofreu extenso assédio. Em julho, agentes fiscais de tributo invadiram seus escritórios. Enquanto isso, a cobertura do governo pelas principais emissoras de notícias tornou-se mais bajuladora e menos inclinada a aplicar qualquer escrutínio sobre políticas e ações oficiais.

O presidente do Equador Rafael Correa tornou-se conhecido por suas censuras (frequentemente por meio de processos judiciais que exigiram altas somas em pagamentos por danos) sobre meios de comunicação que ousavam criticar sua administração. Em 2012, ele cancelou a licença de operação da Telesangay e fechou a Radio Morena, também de oposição. Convocou um boicote à imprensa privada “corrupta”. Durante um pronunciamento em 29 de maio daquele ano, rasgou publicamente uma cópia do jornal *La Hora*, gritando “Deixe-os reclamar!”²¹ Possui seu próprio programa de televisão e rádio semanal, politicamente carregado, e faz uso duro e seletivo da lei para atacar seus críticos na sociedade civil e na oposição, sinalizando aos rivais e aliados quem está em alta ou em baixa aos olhos presidenciais.²²

O Que Tudo Isso Significa?

Alguns observadores do autoritarismo contemporâneo ficaram tentados a colocar a mídia estatal na categoria de anacronismo. Mas isso

é um equívoco: notícias sobre o fim da imprensa estatal como uma força política relevante são certamente prematuras. A maior diversidade da imprensa hoje significa menos do que parece no que se refere à expressão política crítica: a televisão ainda reina suprema e, por meio dela, regimes autoritários aprenderam a moldar o discurso político e impedir o crescimento de ligações entre a sociedade civil e a população em geral.

Governantes autoritários sabem que precisam de uma imprensa estatal para sobreviver; por isso, sua liberalização é improvável. A imprensa estatal vive uma espécie de limbo institucional: não pode se tornar livre até que haja uma mudança revolucionária. O controle estatal sobre a imprensa, uma vez em vigor, não consegue ser facilmente desfeito sem abrir as comportas e colocar o próprio regime em risco. Mikhail Gorbachev, o último alto funcionário da União Soviética, descobriu isso com sua política de *glasnost* (abertura). Ele achou que estava salvando o sistema soviético com tais reformas, quando na verdade estava assinando sua sentença de morte.

Em uma era onde a informação flui em uma escala sem precedentes e na velocidade da luz dentro de e entre fronteiras nacionais, pode ser difícil aceitar a noção de que notícias e informações políticas possam ser circunscritas com sucesso. Alguém esqueceu de dizer aos mais teimosos autoritários do mundo que o caminho em direção à maior abertura da imprensa é inevitável. Regimes autoritários são obstinadamente focados na autopreservação; não vão nem aceitar a livre circulação de informação política nem abandonar os esforços para dominar sua imprensa nacional. Eles precisam que a imprensa sistemática e implacavelmente martele junto a audiências cruciais a ideia de que não há alternativa aceitável aos governantes incumbentes. A Internet *pode* oferecer uma alternativa mais livre à mídia tradicional dominada pelo Estado, mas as próprias qualidades que permitem isso (a natureza diversa e descentralizada do mundo online) também fazem com que a Internet não seja párea para um Estado autoritário focado e suas

mensagens disciplinadas. As vozes da oposição podem ser mais livres para se expressar online, mas será que são capazes de oferecer uma alternativa coerente às narrativas dominantes do regime?

Talvez o equilíbrio se altere. As inovações das novas mídias podem reduzir a fragmentação e permitir que reformistas conduzam a conversação política de uma maneira mais coerente e coesiva, mas isto ainda não está claro. Uma perspectiva mais funesta é a de que a imprensa estatal sobreviva como uma importante força, enquanto regimes autoritários buscam agressivamente uma “convergência” — domando a nova mídia como domou a velha. Nesse cenário sombrio, os valores liberais da mídia tradicional controlada pelo Estado triunfam e ofuscam aqueles das novas mídias mais livres. Fora uma mudança política básica o bastante para permitir uma autêntica reforma da imprensa, poderão as novas mídias resistir às forças do controle autoritário o bastante para manter vivo um discurso político significativo? E, se o fizerem, podem as notícias e informações políticas oferecidas pelas novas mídias fazer incursões profunda e numerosamente o bastante para gerar mudança em sistemas nos quais tantos cidadãos permanecem um tipo de audiência cativa da velha mídia estatal?

Atualmente, governos autoritários estão deliberadamente privando centenas de milhões de pessoas de informações e análises autenticamente plurais e independentes. As atuais tentativas de transição democrática no norte da África e na Ásia nos dirão muito sobre as possibilidades de se reformar a imprensa estatal e produzir mudança democrática. Se e como a mídia tradicional estatal for extinta e a nova mídia criar raízes no Egito, na Líbia, na Tunísia e na Birmânia será fundamental para o destino de suas democracias e para esse entendimento mais amplo.

Thomas Jefferson acreditava que as pessoas precisavam de “informação completa sobre seus negócios pelo meio dos jornais públicos”, pois uma democracia saudável depende de uma cidadania informada que goze de acesso à livre circulação de ideias e de debates em maté-

rias de importância cívica. O autoritarismo bem sucedido, em contraste, absorve jornais para dentro do governo (formalmente ou na prática) e sobrevive reduzindo a circulação de ideias sobre os assuntos importantes para garantir que seus cidadãos permaneçam imóveis, pois estão alheios ao que acontece.

Notas

1. Shambaugh, David. *China's Communist Party: Atrophy and Adaptation*. Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press, 2008, p. 105.

2. Brady, Anne-Marie. *Marketing Dictatorship: Propaganda and Thought Work in Contemporary China*. Lanham, MD (EUA): Rowman and Littlefield, 2010, p. 184.

3. Dobson, William J. *The Dictator's Learning Curve: Inside the Global Battle for Democracy*. Nova York: Doubleday, 2012.

4. Zhu, Ying. *Two Billion Eyes: The Story of China Central Television*. Nova York: New Press, 2012, pp. 3–4.

5. Ver Tufekci, Zeynep. “Networked Politics from Tahrir to Taksim: Is There a Social Media-Fueled Protest Style?”. dmlcentral (blog), 3 de junho de 2013. Disponível em: <http://dmlcentral.net/blog/zeynep-tufekci/networked-politics-tahrir-taksim-there-social-media-fueled-protest-style>.

6. O'Donnell, Guillermo; Schmitter, Philippe; Whitehead, Laurence. *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions About Uncertain Democracies*. Volume 4. Baltimore, MD (EUA): Johns Hopkins University Press, 1986.

7. Brady, Anne-Marie. *Op. cit.*, p. 80.

8. Krastev, Ivan. “Paradoxes of the New Authoritarianism”. *Journal of Democracy*, v. 22, n. 2, April 2011, p. 8.

9. Hirschman, Albert O. *The Rhetoric of Reaction: Perversity, Futility, Jeopardy*. Cambridge, MA (EUA): Belknap Press, 1991.

10. Levada Center. “Otkuda Rossiyane uznayut novosti”. 8 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.levada.ru/08-07-2013/otkuda-rossiyane-uznayut-novosti>.

11. Mickiewicz, Ellen. *Television, Power, and the Public in Russia*. Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press, 2008.

12. Levada Center. *Russian Public Opinion March 2008–March 2009*. Tabela 3.7. Moscou: Levada Center, 2009, p. 22. Disponível em: <http://www.levada.ru/books/obshchestvennoe-mnenie-2008>.

13. Geddes, Barbara; Zaller, John. “Sources of Popular Support for Authoritarian Regimes”. *American Journal of Political Science*, v. 33, n. 2, May 1989, pp. 319–47.

14. Deibert, Ronald; Rohozinski, Rafal. “Control and Subversion in Russian Cyberspace”. In: Deibert, Ronald; Palfrey, John; Rohozinski, Rafal; Zittrain, Jonathan. *Access Controlled: The Shaping of Power, Rights, and Rule in Cyberspace*. Cambridge, MA (EUA): MIT Press, 2010, p. 16.

15. “Freedom on the Net 2013: A Global Assessment of Internet and Digital Media”. Disponível em: <http://freedomhouse.org/report/freedom-net/freedom-net-2013>.

16. Oates, Sarah. *Revolution Stalled: The Political Limits of the Internet in the Post-Soviet Sphere*. Oxford, Inglaterra: Oxford University Press, 2013, p. 4.

17. King, Gary; Pan, Jennifer; Roberts, Margaret E. “How Censorship in China Allows Government Criticism but Silences Collective Expression”. *American Political Science Review*, v. 107, n. 2, May 2013, pp. 1–18.

18. Jacobs, Andrew. “Many Chinese Intellectuals Are Silent Amid a Wave of Tibetan Self-Immolations”. *New York Times*, 9 de novembro de 2012.

19. “Osoboe mnenie”. Ekho Moskv (Moscou), 22 de maio de 2013. Disponível em: <http://echo.msk.ru/programs/personalno/1078890-echo>.

20. Schmidt, Blake. “Nicaragua’s President Rules Airwaves to Control Image”. *New York Times*, 28 de novembro de 2011.

21. Griffen, Scott. “Ecuador Steps Up Campaign Against Media”. *International Press Institute*, 12 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.freemedia.at/home/singleview/article/ecuador-steps-up-campaign-against-media.html>.

22. de la Torre, Carlos. “Latin America’s Authoritarian Drift: Technocratic Populism in Ecuador”. *Journal of Democracy*, v. 24, n. 3, July 2013, pp. 33–46.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação iFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Conjuntamente com vinte e um centros de pesquisas associados, localizados em onze países da América Latina, realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>